



PROMETEUS - FILOSOFIA



MESTRADO EM FILOSOFIA/ UFES - CATEDRA UNESCO/ ARCHAÍ

JANEIRO/ JUNHO DE 2014 - VOLUME 7 - ANO 7 - N. 15

ISSN: 2176-5960

O BEM METAFÍSICO NA REPÚBLICA DE PLATÃO E SUA RELAÇÃO COM O CONCRETO

Siloe Cristina Nascimento Erculino
Mestrando em Filosofia pela UFES

Resumo: Procuramos refletir sobre o que é o Bem na metáfora solar (507b – 509c) e na alegoria da caverna (514a – 519b), presente respectivamente nos livros VI e VII d'A *República* de Platão e a possibilidade da aplicação concreta do conhecimento deste conceito realizada pelo filósofo. Com base nesses trechos, analisamos como o Bem é a causa formal das Ideias e, dessa forma, origem primordial de todo existente. Compreendemos com isso que o Bem é a causa da inteligibilidade das Ideias, os arquétipos do mundo sensível. Por isso, sua intuição dialética permite ao Filósofo Rei reger a *pólis* conforme o modelo Ideal que contempla a justiça proporcionando a felicidade à cidade.

Palavras-Chave: Bem. Metafísica. Formas. Conhecimento. Platão.

Abstract: We tried to reflect on what is the Good in the solar metaphor (507b – 509c) and allegory of the cave (514a – 519b), in the book *The Republic* of Plato, and their relation to the concrete application of knowledge held by the philosopher. For this, we analyzed, based on these excerpts, as the Good is the formal cause of the ideas and thus, primordial origin of all existence. We understand from this, that the Good is the cause of intelligibility of Ideas, archetypes of the sensible world and, therefore, your dialectic intuition allows the King Philosopher govern the *pólis* as the ideal model that considers the justice providing happiness to the city.

Keywords: Plato. Metaphysics. Good. Forms. Knowledge.

INTRODUÇÃO

No livro *A República*, Platão define as linhas mestras da cidade ideal regida pela justiça. É o filósofo, dedicado ao conhecimento das Formas, que administrará a cidade de maneira a moldar este mundo aparente de acordo com as Ideias essências, deste modo, o autor diverge dos costumes de seu tempo.

Na época, as decisões sobre o futuro do estado eram tomadas nas assembleias a partir dos debates políticos, existia uma relação íntima entre ser homem e ser cidadão; a virtude era essencialmente cívica. As pessoas precisavam de instrumentos para sustentar suas ideias e persuadir os demais cidadãos nas assembleias. Estes mecanismos eram ensinados pelos *Sofistas* que cobravam para ensinar habilidades como eloquência, a retórica e a erística para todo indivíduo sem exceção. Eles sustentavam o relativismo da verdade, e a cindiram da linguagem: a palavra é portadora da persuasão, o discurso não precisa ser verdadeiro, basta ser convincente. Assim, os sofistas abandonaram a pretensão de verdade, buscando apenas o que é útil para determinado fim. Sua importância para a política grega é fundamental, pois colaboraram para a fim do modelo aristocrático e para o advento da democracia.

Em direção contrária à sofística, o discurso platônico carrega a compreensão da existência da verdade (*Alétheia*) que iluminada pelo Bem, permitirá o bom governo da *pólis* pelo filósofo Rei, uma vez que será a partir do conhecimento verdadeiro que pode-se administrar a cidade. Platão planeja não indica os passos para melhorar a política e o exercício da cidadania, de outro modo, ele planeja reconstruir totalmente a formação da cidade tal como ela deveria ser. É o Sumo Bem em conjunto com as Ideias que instituem o padrão normativo de como o Estado precisa ser. Mas o que é esse Bem? Como ele se relaciona com as Formas e o Conhecimento? É a essa problemática que nosso trabalho se destina.

Para realizar esta tarefa propomos pensar brevemente a concepção tripartida do homem e da cidade explicada por Platão n' *A República*. Esta noção permite compreender porque o Filósofo é o indicado para administrar a cidade, já que ele possui a parte racional da alma mais desenvolvida para compreender as Formas e tem maior equilíbrio. Veremos que a cidade, assim como a alma, possui três partes ou classes de indivíduos hierarquizadas qualitativamente: os filósofos possuem a parte racional mais desenvolvida, os guardas possuem a parte irascível, já a parte concupiscível é mais

desenvolvida na terceira classe de indivíduos que se submeterão às diretrizes dos administradores. A cada classe aplica-se um tipo de educação que propõe a formação de homens adequados a realizarem suas funções. A classe dos filósofos receberia o maior grau de instrução para contemplar as Formas e intuir o Bem a partir da *Dialética*.

Explicado este ponto, exporemos brevemente o que são as Formas e sua relação com o *Sumo Bem*. As Formas são o modelo inteligível, atemporal e incorruptível das multiplicidades existentes. O Bem é a causa formal da inteligibilidade das Ideias, logo, ele é a condição de possibilidade de conhecimento e a causa primordial de tudo o que existe.

É a sua intuição que permite administrar a cidade, já que as Formas e o Bem possuem o padrão normatizador daquilo que se considera Justiça, e em decorrência, permitem alcançar o equilíbrio proporcionando a felicidade aos cidadãos.

As leis que regem a *pólis* não poderiam ser criadas a partir de opiniões pertinentes ao mundo sensível, elas precisam ter como fundamento o conhecimento verdadeiro que se realiza pelo Raciocínio *dialético* a partir das Ideias. Indicar a distinção entre estas formas de conhecimento permitirá entender a transição realizada pelo filósofo que sai da caverna, da sua opinião sensível, e pode ascender para o conhecimento do mundo inteligível.

Veremos que Platão distingue a *ilusão* das sombras e reflexos, a *opinião* sobre os objetos ou seres vivos, o *entendimento* ou raciocínio sobre as Ideias e a *Dialética*. Esta última será ensinada aos homens com alma de ouro para que possam conhecer os princípios das Formas e intuir o Bem. Concluiremos este artigo analisando a alegoria da caverna mostrando que é a Intuição *Dialética* do Bem ultrasensível que propiciará ao Filósofo a ação de bem governar.

A ESTRUTURA TRIPARTIDA DA ALMA E DA PÓLIS

O livro se inicia com o diálogo entre Sócrates, o porta-voz de Platão, e Céfalo sobre o que é a Justiça. Essa discussão inicial, que revela a insuficiência dos costumes vigentes e do método sofístico para definir o que é a Justiça, desencadeará na exposição o Bem, o conhecimento e o Filósofo-rei. Sócrates explica que seria mais fácil mostrar como a justiça é boa em grande escala, isto é, ao invés de analisar uma ação particular, compreender o funcionamento de uma cidade justa. Os indivíduos têm necessidades que não podem suprir sozinhos, por isso o grupo realiza uma junção. E a articulação desse

conjunto partirá da capacidade que cada homem tem de exercer, de acordo com suas habilidades e atributos da alma, uma função específica na *pólis*. O lócus de cada tipo de homem corresponde ao seu tipo de alma, logo, a estrutura organizacional da cidade é tripartida assim como a psique humana.

Platão possui uma concepção dualista de que o homem se divide em alma e corpo. O corpo possui a capacidade sensitiva dos fenômenos, ele é visível e mortal. A alma é a consciência, possui a personalidade e a capacidade cognitiva, ela é invisível e imortal. Em *Fédon*, Platão parte do pressuposto da subsistência da alma para além da vida terrena, ideia que o permitiu desencadear de toda obra que culmina na afirmação de que a alma se une ao corpo como punição por seus erros. A teoria da imortalidade da alma está ligada a tradição antiga pitagórica, sendo possível perceber a influência das ideias de Filolau de Crotona¹. Segundo Spinelli (2003, p.146-147), Platão foi influenciado por Filolau e teve contato com a *corrente pitagórica* em particular com os escritos desse pré-socrático.

Como veremos, Platão hierarquiza dois planos, o das Formas inteligíveis, a qual a alma pertence, que é qualitativamente superior ao plano das aparências a qual o corpo pertence. O corpo é uma prisão que quando destruída permitirá a alma ascender sem pesos ou dificuldades acima do véu da ilusão das aparências até as essências verdadeiras e inteligíveis. O homem é essencialmente a sua alma, ela é uma, porém tripartida. Ela possui uma parte racional, uma irascível e uma concupiscível. Cada parte tem suas características e uma função específica no equilíbrio final da psique.

A parte *racional* contém nossa capacidade cognitiva e reflexiva, possui como virtude a *sabedoria*, ela é responsável pela ponderação na escolha do ato. A parte *irascível* possui como virtude a *coragem* ou fortaleza, ela expressa a raiva, a agressividade, o orgulho, ela é responsável por garantir a firmeza na resolução e ânimo para enfrentar problemas. E a parte *concupiscível* possui como virtude a *temperança*, isto é, o equilíbrio, moderação, proporção, é ela que contém a fome, a sede e a libido sexual. Existe ainda uma quarta virtude que equilibra a dinâmica na relação entre as três partes da alma, a saber, a *justiça*. A virtude moral liga-se, portanto não apenas à racionalidade, mas também aos elementos não cognitivos. O impulso para permanecer

¹ Em *Fédon* o nome de Filolau é inclusive citado: “Ouvi de Filolau quando estava entre nós e de muitos outros que isso era mal. Entretanto, nem eles nem ninguém, jamais disse algo claro acerca desse assunto.” (61e6)

na batalha, mesmo ciente de um ataque feroz iminente, é a virtude da alma irascível subordinada à razão.

A virtude “[...] consiste em manter equilíbrio e hierarquia entre as diferentes componentes e as diversas funções da alma” (SILVA, 2011, p.09), por isso a cada parte corresponde uma virtude, assim como ao conjunto das três partes corresponde a justiça. O bem de cada coisa é a justa medida (ordem e proporção) que permitem a harmonia e o equilíbrio. Sobre a noção de *Justa Medida* Bento Silva Santos é esclarecedor:

[...] um tipo de medida que é, em certo sentido, absoluta, pois responde ao que exige a essência de cada coisa: cada coisa exige por sua essência determinadas qualidades em determinado grau, e é o excesso ou defeito em relação a esta medida o que determina o que está bem ou mal nas coisas. Se a Ideia do Bem representava a objetivação no plano metafísico do sumo valor, a justa medida representa uma objetivação semelhante no plano concreto. Isto porque se supõe que esta justa medida é algo objetivo e plenamente determinado na ordem dos valores. A justa medida é o bem próprio de cada essência [...] (2001, p.23).

Esta medida é quantitativa de caráter ontológico e permite distinguir o bom e o mau. Ao equilíbrio relaciona-se também a virtude e a Felicidade. O estabelecimento do equilíbrio e harmonia na alma (e em cada uma de suas partes) proporciona a satisfação interior que é a felicidade. Assim, a felicidade embora subjetiva, não é contingente. Ela possui um elemento objetivo que condiciona e torna possível: a felicidade depende da virtude e a virtude está condicionada à justiça. Felicidade, justiça e virtude ocorrem quando a existência da coisa está de acordo com o ideal que ela deveria ser, seu equilíbrio, conforme sua essência. É o desequilíbrio que leva a injustiça e ao mal.

Há justiça no indivíduo quando cada uma das partes da alma desempenha a função que lhe é própria, o princípio irascível servindo ao racional e o racional dominado o concupiscente. Da mesma maneira, a justiça existe eternamente na cidade, se as três classes guardam o nexu ordenador que assegura o funcionamento harmonioso do conjunto de que participa. (NUNES, 2000, p.24).

A soberania da parte racional da alma possui a mesma relação que a casta dos filósofos possui sobre as outras. É o conhecimento das Formas que permite julgar o que é o bem inerente a cada coisa de acordo com sua essência. Assim como a finalidade do homem é a felicidade (o que inclui como condição o equilíbrio e a virtude de acordo com a essência de cada parte); a finalidade da *pólis* é ser boa (e bela – diz-se *kallipólis*), o que corresponde à justiça, e para tal é preciso que cada homem realize sua função específica de acordo com sua essência.

A definição da justiça na cidade como a ordenação racional e harmoniosa de suas classes e a definição da justiça na alma como a harmonia psíquica caracterizada pelo comando racional da alma no interesse de todas as suas partes faz a tese geral de Platão depender de sua concepção da natureza do conhecimento. (PAULA, 2009, p. 75)

O bom funcionamento da sua estrutura organizacional possui uma métrica ou justa medida específica. Esta se funda a partir das Formas e do Bem, este mesmo Ideal permite a criação de leis que regulem as classes e as instituições políticas. Começamos a entrever aqui que o Sumo Bem intangível, incognoscível e abstrato possui relação direta com a prática. A lei não pode se basear sobre a opinião aprendida do sensível; suas bases precisam ser construídas a partir das Essências – única fonte de conhecimento verdadeiro – padrão racional superior aplicável ao concreto. O filósofo tentará modelar a *pólis* de acordo com o que é Bom, Belo e Justo, usando o padrão arquetípico das Ideias para instituir a ordem moral e política.

O governante que não dispuser da *epistêmê* inviabilizará a realização da felicidade na cidade, porquanto na ausência do conhecimento não há governo justo, tampouco se pode pensar em cidadãos que venham a se tornar homens melhores, de modo que a justiça não se realizaria na cidade (MURAKAMI, 2008, p.10).

Pode-se notar a coerência sistêmica de Platão entre ontologia, epistemologia, pedagogia e política: o sistema educacional específico para cada classe garante o equilíbrio da *pólis*. Ele explica pelo mito da criação de três raças, que cada um possuiria um tipo de virtude simbolizada por um metal e, por isso, exerceria determinada função com maior aptidão na *pólis* (415a3). É possível reconhecer nesta exposição platônica uma variante do terceiro poema da obra *Os Trabalhos e os Dias* de Hesíodo em que ele narra *O mito das 5 raças*. Hesíodo revela como os homens foram inicialmente criados a semelhança dos deuses sofrendo uma decadência até chegar à vileza humana. A raça de *ouro* convivia com os Deuses e não possuía preocupações carnis – ela viveria de acordo com as leis e poderia formar bons governantes; a raça de *prata* era mais concupiscível que a primeira e foi escondida na terra por Zeus; a de *bronze* era mais forte e trabalhadora, porém mais agressiva e violenta, por isso, formaria grandes guerreiros; a raça dos *heróis* ou semi-deuses; e, por fim, a raça de *ferro* que desconhece os deuses e não possui honra – a raça mais inferior afetada por todas as misérias humanas. De acordo com a fábula explicada n’*A República* de Platão foram criadas três classes que representam almas de ouro, prata e bronze, estes seriam respectivamente os filósofos por serem racionais, os guardas por serem corajosos e os

artífices, comerciantes, agricultores por serem mais dispostos as concupiscências. (415a3-c8).

A educação irá habituar a índole e adequar o homem a exercer sua função. Para Platão, a cidade será justa quando cada cidadão executar a tarefa que lhe é mais adequada de acordo com sua classe, para isso, ele precisará fortalecer as qualidades de seu espírito e domesticar suas fraquezas, como a cólera e os excessos (395d1-3). Para domar os elementos da alma gerando equilíbrio entre as suas partes, Platão defende o ensino de música e ginástica. Além disso, o filósofo acredita que os homens imitam as características encenadas nas representações de poemas, dessa forma, os guardas imitarão as virtudes com as quais convive (440d8-442a3), enquanto que o filósofo, capaz de aprender as Formas, imitará as Essências que conhece.

A EDUCAÇÃO

Aos guardas (cuja alma é irascível e a principal virtude deve pautada na coragem) cabe um tipo de educação mimética que criará o corpo atlético e a alma equilibrada com a Música e a Ginástica². Eles imitarão o modelo de virtude que conheceram ao longo de sua formação. A *mimesis* (imitação) à qual os indivíduos estão submetidos servirá para formar homens que estejam aptos a realizar a sua função. Assim, a música e a poesia seriam selecionadas para proteger o sujeito de entrar em contato com obras que conduziriam ao desequilíbrio das virtudes. Quem controla a música e a poesia são os dirigentes filósofos; conhecedores das Formas e, portanto zeladores da estabilidade pública.

A educação dos filósofos reflete a hierarquia de saberes estabelecida por Platão que confere a superioridade à Dialética³. Aqueles que passaram pela aprendizagem da Ginástica e Música, e apresentaram desempenho intelectual e moral superior, seriam iniciados na Geometria, Física e Astronomia. Apenas ao final do estudo dessas disciplinas ele (o filósofo) estaria apto para ascender ao estudo da Dialética. Algumas das qualidades que Platão identifica nos filósofos são ser capaz de compreender a universalidade, amar as essências, não se apegar ao corruptível, não temer a morte, etc. Ele seria um modelo a ser imitado.

² O princípio de igualdade estende-se a homens e mulheres que seriam educados da mesma forma e poderiam assumir quaisquer cargos na cidade de acordo com a especificidade de sua alma.

³ O que veremos nas próximas páginas.

A capacidade administrativa do filósofo e sua autoridade baseiam-se no conhecimento das Formas que permite fundamentar as leis. Estas se fundamentam no Ideal paradigmático que normatiza o projeto político da cidade. A classe dos filósofos – ou realeza – governa com o fim de regular o equilíbrio interno da *pólis*. Ela tem a visão mais clara daquilo que é Ideal, mais próximo do Bem e, por conseguinte justo para governar a *pólis*. O poder de governar emana do conhecimento da justiça e do bem que regem o estado. “Somente o conhecimento filosófico, único capaz de apreender as Formas e o Bem, pode fornecer a sabedoria prática necessária ao comando racional da vida humana em seus aspectos privado e público, ou seja, moral e político” (PAULA, 2009, p.75).

A justiça e a felicidade são possíveis, tanto no âmbito individual quanto político, graças ao conhecimento que equilibra a estrutura tripartida. Mas o que são as ideias? Como o conhecimento se reconhece na Ideia do Bem? Para explicar a relação entre o Bem, as Formas e o conhecimento iremos indicar o que são as Formas para, a partir daí, analisar a metáfora solar e a alegoria da caverna de Platão.

AS FORMAS

As Ideias ou Formas seriam, para Platão, a essência eterna e incorruptível a partir da qual a multiplicidade de coisas aparentes e corruptíveis é criada. Como ele explica n^o *A República*, no mundo sensível existe uma série de coisas visíveis, embora não inteligíveis, que distinguimos pela linguagem (507b2). E...

[...] existe o Belo em si, e o Bom em si, e do mesmo modo, relativamente a todas as coisas que então postulamos como múltiplas e, inversamente, postulamos que a cada uma corresponde uma ideia, que é única, e chamamos-lhes a sua essência (507b6)

As Formas pertinentes ao mundo das essências são invisíveis aos olhos do corpo, atemporais e sem extensão espacial, porém são inteligíveis para alma. As Formas são, portanto, o arquétipo causal das imagens corruptíveis que formam o mundo concreto. Elas possuem caráter normativo e condicionam o aprendizado, já que toda alma realizou contato com as Formas no mundo das Ideias antes de encarnar no corpo. Só podemos aprender algo quando a alma já esteve em contato com a Essência deste elemento previamente, já que desse modo temos a possibilidade de identificar qual é a Forma Ideal desse objeto sensível que percebemos corporalmente. Toda nossa

capacidade cognitiva se estrutura a partir das Essências que formam na alma uma base referencial para o aprendizado – são elas que permitirão estruturar a percepção e a linguagem. Temos a sensação, mas a sua identificação como algo belo, feio, semelhante ou circular só é possível a partir da referência das Formas esquecidas pela Alma, mas já conhecidas previamente. “As Formas são estruturas ontoepistemológicas que condicionam a experiência sensível. São ontológicas porque são realidades, como entidades mentais, e epistemológicas por estruturarem o processo cognitivo, ordenando assim a experiência sensível” (ARAÚJO, 2012, p.174).

Nós só aprendemos quando a partir da sensação de um objeto lembramo-nos de sua Forma com a qual entramos em contato no mundo das Ideias. N’*A República*, Platão critica as práticas educacionais comuns: “Dizem eles que introduzem a ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos” (518b9). Em seguida, ele explica que a Alma já conhece as Formas e tem a capacidade de aprender localizada em um órgão da alma. A educação, portanto deve dar meios para que a alma volte-se para a busca do conhecimento das Formas (518d3). É a partir do conhecimento das Formas que a alma pode intuir o que é o Bem, já que este é incognoscível. Vejamos como se estabelece a relação entre as Formas, o Conhecimento e o Bem a partir da metáfora solar.

O BEM PLATÔNICO “ACIMA DA ESSÊNCIA EM DIGNIDADE E PODER” NA METÁFORA SOLAR

Sócrates, porta-voz de Platão, nega-se a explicar o que seria o Bem em Si, pois estaria longe de suas possibilidades atuais, mas promete falar sobre o filho do Bem ou Sol, que é semelhante a ele. Segundo ele, só enxergamos os objetos sensíveis se, além dos objetos e da vista, tivermos o Sol que os ilumina, assim, é como se o poder da visão viesse do Sol; da mesma forma, só podemos contemplar as Ideias se, além da existência delas e da nossa alma racional, o Bem iluminar as Formas. Como explica o filósofo: “[...] quando ela [*a alma*] se fixa num objeto iluminado pela verdade e pelo Ser, compreende-o, conhece-o e parece inteligente” (508d5).

Da mesma forma que o Sol ilumina os objetos sensíveis permitindo a visão, o Bem ilumina as Ideias permitindo o conhecimento. O Sol proporciona aos olhos a capacidade de ver, e confere às coisas a possibilidade de serem vistas; o Bem doa à alma a potencialidade de compreender o inteligível e doa inteligibilidade às Formas. Por

isso, o Bem afeta tanto *a propriedade de ser cognoscível das Formas*, quanto *a nossa capacidade de conhecer*.

O Sol é também responsável por proporcionar a gênese, crescimento e alimentação das coisas visíveis (509b2). O Bem, por sua vez, é causa do Ser e da Essência, ainda que ele não seja uma essência. Porém, como vimos, as Formas são eternas, logo, incriadas, como poderia ser o Bem a sua causa? O Bem é considerado, a causa *formal* das Formas, e não a sua causa eficiente (criadora). Como existir coincide, para as Formas, com a essência, e a essência das Formas é ser inteligível, ao causar a inteligibilidade das Formas o Bem fundamenta a sua existência e essência. O Bem não cria as Formas, ele fundamenta as Formas, determina sua essência e doa inteligibilidade a elas; assim como sustenta seu ser.

Nesta linha interpretativa, portanto, o Bem é “causa” das ideias no sentido de que confere a essas uma validade normativa permanente por ser justamente condição de critérios absolutos de verdade e de valor; esta geração significa, em última análise, fundamentar o ser “bom” das ideias, fazendo-as objetos desejáveis da intencionalidade cognoscitiva e ação moral. O Bem em Platão é fundamento supremo e a finalidade última de todo existente (SANTOS, 2008, p.5).

O Bem é a causa da inteligibilidade das essências e, dessa forma, é sua causa formal, mas ele não é essência, ele está para além da essência. Isso significa que o Bem é ilimitado, incriado e imune a qualquer tipo de corrupção. Como Platão explica n’*A República*:

[...] para os objetos do conhecimento, dirás que não só a possibilidade de serem conhecidos lhes é proporcionada pelo Bem, como também é por ele que o Ser e a essência lhe são adicionados, apesar de o Bem não ser uma essência, mas estar acima e para além da essência, pela sua dignidade e poder (509b7).

Reunindo todas as informações anteriores, temos que o Bem é a causa formal no sentido ontológico em que doa a essência da Ideia, e também em seu sentido epistemológico que doa a inteligibilidade e verdade à Ideia (o que corresponde à sua essência). As Ideias são o paradigma de tudo o que existe no plano concreto, assim, o Bem é a causa primordial de tudo o que existe, é o que possibilita o conhecimento e ele é também a finalidade última da vida. Ele está para além das essências em dignidade e poder, portanto, não pode ser claramente conhecido, mas pode ser intuído pela Dialética. Entender o que é o Bem é aproximar-se da compreensão da totalidade das Formas, já que elas são:

[...] a concretização particular da máxima inteligibilidade ou racionalidade de apenas algum aspecto específico da realidade. O Bem, por sua vez, é, ao mesmo tempo, a realização máxima do que é a racionalidade, portanto, uma espécie de modelo próprio de inteligibilidade e perfeição às Formas, mas também aquilo que confere esta racionalidade a cada Forma particular ao reservá-las um lugar próprio na ordem sistemática e hierarquizada do plano inteligível (PAULA, 2009, p 87).

Existem diferentes formas de conhecimento hierarquizadas por Platão na metáfora da linha dividida (509d1-511e). Como vimos, existem dois planos: o sensível e o inteligível. A partir das sensações dos objetos múltiplos, aparentes, corruptíveis se constroem as opiniões (*dóxa*), já que elas são formadas a partir de imagens daquilo que é verdadeiro; enquanto que o conhecimento (*sophía*) do mundo inteligível estuda as Ideias Verdadeiras. Cada um desses planos se subdivide em duas partes, que apresentaremos em ordem qualitativa: no mundo sensível existem as sombras ou reflexos e a multiplicidade de seres vivos ou objetos do mundo, já no mundo inteligível existem as Ideias ou Formas e o *Sumo Bem*. Apresentamos a seguir um esquema que procura sintetizar a metáfora da linha dividida:

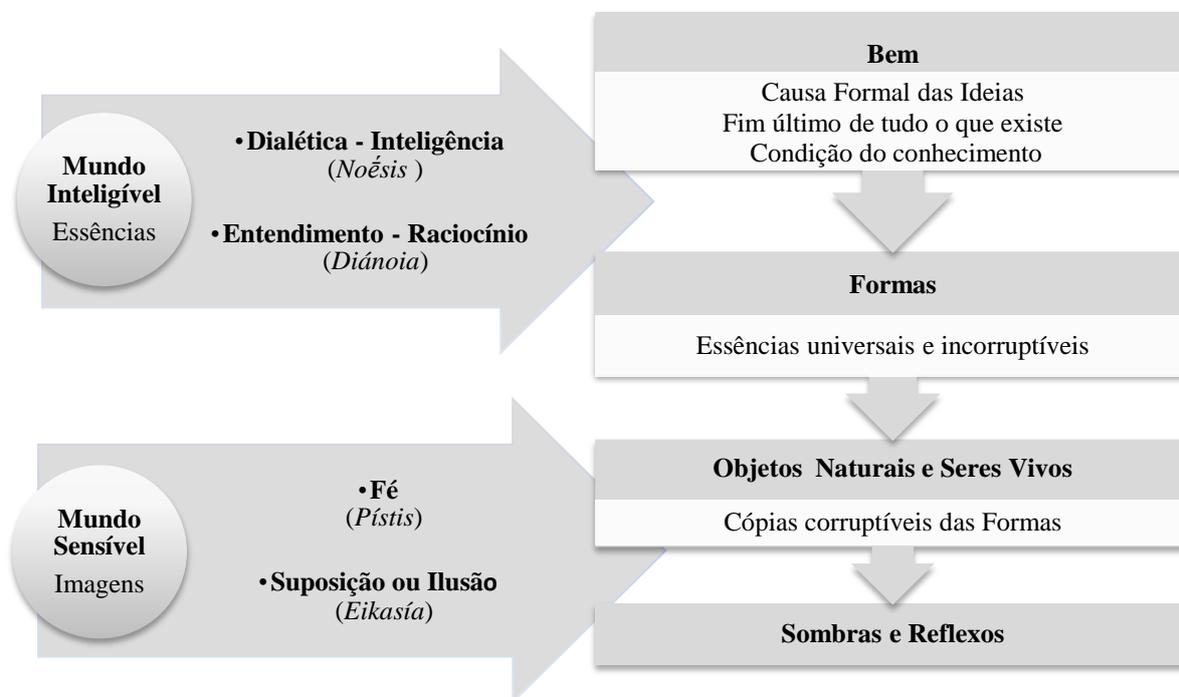


Figura 1

A *suposição* ou *ilusão* (*eikasía*) refere-se às sombras e reflexos existentes no mundo sensível. A *crença* ou *fé* (*pístis*) se produz a partir dos objetos sensíveis ou seres vivos. Com o raciocínio ou entendimento (*diánoia*) se desenvolvem as ciências e as matemáticas e com a intuição intelectual ou inteligência (*noésis*) se desenvolve a Dialética.

Platão explica a existência de dois métodos para conhecer as Ideias: o entendimento e a Dialética. O primeiro é o método de construção de hipóteses a partir das imagens, ele é representado pela matemática ou geometria. Ele se dirige à conclusão, sem nunca atingir o princípio, (o geômetra, por exemplo, trabalha com hipóteses sobre o triângulo visível postulando conhecimentos, mas sem atingir seus princípios ou o triângulo em si). Já o segundo, mais alto e superior, corresponde ao conhecimento dialético que o filósofo atinge apenas a partir das Ideias, desvinculado da percepção sensível. A Dialética é capaz de alcançar os princípios, suas construções não são hipóteses.

Hipótese, então, é a apreensão de um objeto que não constitui um conhecimento definitivo de algo, mas é um instrumento para a conquista deste conhecimento. Com relação ao conhecimento das Formas os sensíveis são este instrumento, com relação ao conhecimento do Bem as Formas são este conhecimento. O Bem é um princípio não-hipotético porque seu conhecimento só pode ser um fim em si mesmo, ele não serve de degrau para algo mais alto, ele não é o ponto de partida para algo mais fundamental, mas é o ponto de chegada definitivo de todo o empreendimento da inteligência. (PAULA, 2009, p.84)

O conhecimento das Ideias pode ser construído de forma hipotética ou Dialética; o mais verdadeiro é o conhecimento Dialético. A intuição Dialética ainda é insuficiente para conhecer claramente o Bem, já que ele não pode ser definido (apenas as Ideias são passíveis de conhecimento claro), porém por meio dela o homem pode intuir o que é o Bem e aproximar-se dele progressivamente.

[...] a dialética não poderá constituir-se como uma ciência “positiva”, mas só como o exercício de um “poder”, de um trabalho de interpretação e construção progressivas, precisamente porque o Bem - não tendo a natureza de um objeto claramente definível que é própria das ideias, está “*acima do ser*” [...] (SANTOS, 2008, p. 3)

A ALEGORIA DA CAVERNA

Platão mostra na Alegoria da caverna a transição do homem que ascende das opiniões para o conhecimento inteligível. Nela, o filósofo imagina que um grupo de homens eram prisioneiros dentro de uma caverna, com os pescoços atados de forma a poderem olhar apenas para frente. Atrás deles existia uma fogueira que iluminava os transeuntes e comerciantes que passavam com objetos diversos. Assim, os homens no interior da caverna viam apenas vultos e sombras, ouviam apenas ecos das vozes, e poderiam julgar que essas vozes eram dos objetos. Presos, incapazes de olhar em outra direção, estes prisioneiros tomaram as imagens dos objetos por reais (515b1).

Se alguém soltasse um deles, o colocasse de pé e o forçasse a subir a o caminho íngreme da caverna até ver a luz do Sol, este ex-prisioneiro sentiria dor, dificuldades para andar, sua vista arderia e seria incapaz de ver, inicialmente, a claridade (515e1). Ele precisaria de tempo para habituar a visão, olhando primeiro para os reflexos das coisas, depois para os objetos e por fim para o Sol. Para Platão, após contemplar o mundo solar, o ex-prisioneiro não iria querer voltar para a caverna. Caso voltasse, seus olhos estariam mal habituados à escuridão, ele faria gestos disparatados e pareceria ridículo (517d4). Assim, as dificuldades visuais em transitar entre os planos sensível e inteligível são duplas: é custoso elevar-se para ver a verdade, assim como, uma vez conhecida a verdade, têm-se dificuldades para voltar a enxergar as coisas como o senso-comum.

A alegoria da caverna revela a ascensão da alma que, liberta das correntes e escuridão da crença, dolorosamente acostuma-se, de forma gradual, a ver a luminosidade do mundo inteligível. Todo homem comum é comparado ao que está no interior da caverna, pois toma a experiência sensível por verdadeira, porém o real está no mundo inteligível. Embora alguns autores considerem a comparação entre os estágios de conhecimento na linha dividida e a caverna como problemáticos, Platão mostra-se objetivo “comparando o mundo visível através dos olhos á caverna da prisão, e a luz da fogueira que lá existia à força do sol. Quanto à subida ao mundo superior e á visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível” (517b2).

No interior da caverna nós vemos as coisas aparentes com os olhos, estamos ainda ligados à multiplicidade e aparência das coisas, ao sair da caverna vemos o invisível com a alma - conhecer é ver intelectualmente o que é invisível aos olhos. O visível é iluminado pelo sol, o filho do bem (representado pela fogueira). O invisível é iluminado pelo Bem que doa a essência às Ideias e nos permite conhecer pela alma. Como n’A *República* apenas os filósofos receberão o conhecimento das ciências e da Dialética:

A divisória do meio coincide com o ponto em que começa a aprendizagem do governante-filósofo, quer dizer, o movimento da conversão ou a saída da caverna, à medida que ele começa a afastar-se da **dóxa**, afastando-se de suas espécies, a **conjectura (eikasía)** e a **crença (pístis)**, que correspondem ao perímetro das sombras das coisas. (NUNES, 2000, p.20-21) (Grifos do autor)

A potencialidade para sair da caverna pertence aos homens de alma de ouro cuja parte racional está voltada para as essências. Os guardas permanecerão imitando os modelos de virtude transmitidos pela música previamente selecionada, serão os filósofos que sairão da caverna. Estes últimos serão iniciados no saber epistemológico que representam a saída da caverna (como geometria, física e astronomia), preparando sua capacidade de abstração para o aprendizado da Dialética. Esta será ensinada aos mais bem dotados para que sejam capazes de intuir o que é o Bem e as Formas, pois apenas a Dialética permite conhecer os princípios das Ideias (as hipóteses da *episteme* atingem apenas as conclusões).

Embora o filósofo tenha atingido os conhecimentos Dialéticos numa escalada cindida do sensível e separada das outras classes, este saber não será usado em proveito individual. O conhecimento da Forma estabelecerá uma meta que ele buscará atingir para si mesmo e para a Cidade. Ele governa porque tem o conhecimento epistêmico e dialético do que se configura como justiça sendo, portanto capaz de identificar o mal e o desequilíbrio para bani-lo e conduzir a cidade à felicidade. Cabe ao filósofo selecionar os conteúdos “ensinados” para criar o tipo de homem adaptado à realização de sua função e, assim, gerar a justiça na *pólis*. Como já mostramos, a condição da felicidade é a justiça, sendo esta a realização ordenada da função específica de cada cidadão de acordo com a sua essência, o que proporcionará equilíbrio e harmonia para a cidade.

CONCLUSÃO

O Bem é a causa formal das Ideias, que doa a elas a inteligibilidade. Conhecer as Formas e o Bem proporciona ao filósofo a capacidade de realizar as projeções políticas de acordo com o que é Bom, Belo e Justo. É apenas a partir dessa construção fundamentada no Bem que se pode estabelecer a Justiça, e em decorrência, a virtude e a felicidade no Estado. Como explica Platão n' *A República*, a ideia do Bem:

[...] uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e, que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que **é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública** (517c1) (Grifos meus)

Conhecer as Formas é abstrair-se completamente do sensível rumo a uma dialética mais pura, porém, isso não implica que este conhecimento seja inútil à prática, pelo contrário, justamente por ser o *Ideal* ele permitirá ao filósofo realizar modificações no mundo concreto para aperfeiçoá-lo. Todo sistema político está fundamentado na Metafísica do Bem e das Formas. Somente ao conhecer o Bem em si é possível examinar no real o que corresponde ao bem de cada coisa, sua justa medida de acordo com sua essência, por conseguinte, seu equilíbrio e felicidade.

O Bem determina o papel que cada Forma possui na constituição da perfeição racional que serve de modelo ao cosmos e deve servir de modelo também à vida humana, determina, portanto, também, o valor e a utilidade que as Formas têm para esta ordem e, por conseguinte, para a humanidade (PAULA, 2009, p.88).

Podemos nos perguntar, por fim, se o Sumo Bem é realizável no plano concreto, ou ainda, se o conhecimento é o suficiente para determinar a ação boa. Como explica Platão, a cidade Ideal não existe na terra, mas serve para pautar o comportamento e pode ser contemplada; da mesma forma, o Sumo Bem não existe no plano real, porém permite ao homem compreender a virtude para nortear seu comportamento (592a11-b8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, H. *Alma, Formas e senso-percepção no Fédon*, de Platão. *Hypnos. Revista do Centro de Estudos da Antiguidade*, v. 28, p. 170-182, 2012.
- COSTA, J. L. B. *O argumento dos opostos e a hipótese sobre imortalidade no Fédon de Platão*. 2008. 105f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa De Pós-Graduação Em Filosofia da Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal, 2008
- HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Curitiba: Segesta, 2012.
- MURAKAMI, S. *A necessidade do conhecimento para o político : uma abordagem da dialética platônica*. 2008. 57p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da PUC - Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008
- NUNES, B. *Introdução*. Belém: EDUFPA, 2000. p.1-45. _____.In. PLATÃO. *A República*. 3.ed. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000. p. 1-45.
- PAULA, G. *Sobre a caracterização da Forma do Bem no Livro VI da República e a Superioridade Moral e Política do Filósofo Rei*. *Revista Kínesis*, Vol. I, nº 02, Outubro-2009, p. 74 – 89
- PLATÃO. *A República*. 9.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001
- PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Hemus, 1981.
- SILVA, B. *A Metafísica do Bem na República (Livros V-VII) de Platão*. *Revista Síntese* (Belo Horizonte. 1974), v. 35, p. 319-339, 2008
- SILVA, B. ARAUJO, A. O. M. *Concepções antigas sobre a alma: Homero, Platão e Aristóteles*. 1.ed. Vitória: Núcleo de Educação Aberta e a Distância (UFES), 2011. v. 1.
- SPINELLI, M. *Filósofos Pré-Socráticos*. Primeiros Mestres da Filosofia e da Ciência grega. 2.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- PURSHOUSE, L. *A República de Platão: um guia de leitura*. São Paulo: Paulus, 2010.